

**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 22-A, DE 2011**

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 22-A, DE 2011

Acrescenta parágrafos ao art. 198 da Constituição Federal, dispondo sobre a responsabilidade financeira da União, corresponsável pelo SUS, na política remuneratória e na valorização dos profissionais que exercem atividades de agente comunitário de saúde e de agente de combate às endemias.

EMENDA ADITIVA

Inclua-se, onde couber, o seguinte artigo:

"Art. XX. O piso salarial de que trata o § 9º do art. 198 será alcançado gradualmente da seguinte forma:

- I – 1,4 salário mínimo em janeiro de 2018;
- II – 1,5 salário mínimo em janeiro de 2019;
- III – 1,6 salário mínimo em janeiro de 2020;
- IV – 1,7 salário mínimo em janeiro de 2021;
- V – 1,8 salário mínimo em janeiro de 2022;
- VI – 1,9 salário mínimo em janeiro de 2023;
- VII – 2 salários mínimos em janeiro de 2024."

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 22-A, DE 2011

JUSTIFICAÇÃO

A Proposta de Emenda à Constituição nº 22, de 2011, dispõe, precipuamente, sobre o estabelecimento de piso salarial profissional nacional único para os Agentes Comunitários de Saúde - ACS e os Agentes de Combate às Endemias – ACE, de forma semelhante ao previsto na Constituição Federal para os profissionais da educação escolar pública.

É proposta, assim, a garantia de um vencimento não inferior a dois salários mínimos para essas categorias profissionais, cujo valor deverá ser repassado pela União aos Entes federativos aos quais se encontram vinculados os servidores.

Ocorre que, na atual conjuntura econômica, é prudente que se tenha uma implantação gradual do novo piso, não obstante a necessidade de se garantir, o quanto antes, uma remuneração digna para os servidores que se encontram na base da prevenção de doenças e promoção da saúde em todo o Brasil.

Por essa razão apresentamos a presente Emenda à PEC 22/11, que permitirá que se atinja, de forma escalonada e com impacto anual mais palatável, o piso almejado para os Agentes Comunitários de Saúde e os Agentes de Combate às Endemias.

Sala da Comissão, em de de 2017.

Deputado VALTENIR PEREIRA

